
EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL: UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DO MST¹

Field education in Brazil: A brief reflection on the contribution of MST

Educación de campo en Brasil: Una breve reflexión sobre la contribución de lo MST

Received: may/2020

Accepted: june/2020

Available online: june/2020

Maria Alice da Cruz e Silva, Graduanda em Pedagogia, Universidade de Pernambuco (UPE),
Brasil, E-mail: m.alicecruzsilva@gmail.com

Karolina Silva Florêncio, Graduanda em Pedagogia, Universidade de Pernambuco (UPE), Brasil

Leandro Paes Barreto Silveira, Graduando em Pedagogia, Universidade de Pernambuco (UPE),
Brasil. E-mail: eulbarreto@gmail.com

Volmir José Brutscher, Doutor em Educação, Universidade de Pernambuco (UPE). E-mail:
volmir.brutscher@upe.br

Resumo: Este artigo tem por objetivo analisar as contribuições do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na construção de uma proposta de Educação do Campo que atenda aos interesses dos sujeitos que vivem no campo, principalmente por meio da luta pela construção de escolas públicas em Assentamentos de Reforma Agrária e pela implementação de políticas públicas nacionais para Educação do Campo. Este artigo caracteriza-se metodologicamente como abordagem teórica, inscrevendo-se nos referenciais da análise dialética e da análise do discurso, recorrendo à bibliografia clássica e amplamente referenciada. Como resultados, percebeu-se uma relação direta entre a luta do MST e o crescimento e avanços da Educação do Campo no Brasil. Durante todo o processo percebeu-se a importância do MST, articulado com outros movimentos sociais do campo, e de suas ações para construção das políticas públicas voltadas para escolas do campo e centros de formação, comprometidas com a afirmação de um projeto social que busque desenvolvimento e qualidade de vida, valorizando a identidade e a cultura dos camponeses através de uma educação libertadora.

Palavras-chave : MST, Educação do Campo, Políticas Públicas, Educação Popular.

¹ Uma versão anterior deste artigo foi apresentado e publicado nos anais do VI Congresso Nacional de Educação (VI CONEDU), realizado em Fortaleza-CE, em outubro de 2019.

Abstract: This article aims to analyze the contributions of the Movement of Landless Rural Workers (MST) in the construction of a proposal for Rural Education that meets the interests of subjects living in the countryside, mainly through the struggle for the construction of public schools in Settlements Agrarian Reform and the implementation of national public policies for Rural Education. This article is methodologically characterized as a theoretical approach, inscribing itself in the references of dialectical analysis and discourse analysis, using the classic and widely referenced bibliography. As a result, a direct relationship was perceived between the struggle of the MST and the growth and advances of Rural Education in Brazil. Throughout the process, the importance of the MST was perceived, articulated with other social movements in the countryside, and of its actions for the construction of public policies aimed at rural schools and training centers, committed to the affirmation of a social project that seeks development and quality of life, valuing the identity and culture of peasants through liberating education.

Keywords: MST, Rural Education, Public Policies, Popular Education.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo analizar las contribuciones del Movimiento de Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST) en la construcción de una propuesta de Educación Rural que satisfaga los intereses de los sujetos que viven en el campo, principalmente a través de la lucha por la construcción de escuelas públicas en los Asentamientos. Reforma Agraria y la implementación de políticas públicas nacionales para la Educación Rural. Este artículo se caracteriza metodológicamente como un enfoque teórico, inscribiéndose en las referencias del análisis dialéctico y el análisis del discurso, utilizando la bibliografía clásica y ampliamente referenciada. Como resultado, se percibió una relación directa entre la lucha del MST y el crecimiento y los avances de la Educación Rural en Brasil. A lo largo del proceso, se percibió la importancia del MST, articulado con otros movimientos sociales en el campo, y de sus acciones para la construcción de políticas públicas dirigidas a escuelas rurales y centros de capacitación, comprometidos con la afirmación de un proyecto social que busca el desarrollo, y calidad de vida, valorando la identidad y cultura de los campesinos a través de una educación liberadora.

Palabras clave: MST, Educación rural, Políticas públicas, Educación popular

INTRODUÇÃO

O Objetivo desse artigo é refletir sobre a contribuição do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na elaboração e, certa forma, consolidação de uma proposta de Educação do Campo no Brasil. Foi a partir da mobilização social que o MST conseguiu influenciar o debate nacional acerca da Educação do Campo que, há tempos, estava esquecida pela sociedade e, principalmente, pelo governo.

Logo depois da fundação, com base na luta pela terra, o MST percebeu a necessidade de incidir na educação que era dada às crianças dos acampamentos e assentamentos, pois não poderia ser uma educação contrária ao que o Movimento acredita e defende. O movimento sem-terra, embasado em princípios do Marxismo, vai de encontro ao sistema político social predominante no Brasil, que se adequa à doutrina e lógica do capitalismo. Sabendo que a educação é uma ferramenta política, dentro do sistema hegemônico ela é voltada para a satisfação dos interesses do capital e é muito claro que seu modelo de educação não é compatível com os interesses e práticas do MST.

Com a necessidade e o desafio de desenvolver uma educação humanista, com uma ótica voltada para as singularidades do Movimento, com identificação com a causa do trabalho e luta do campo, o MST inicia um processo político-pedagógico de construção de escolas nos seus assentamentos. Escolas com concepção e sistema de ensino e aprendizagem voltados para a realidade, necessidade e cultura camponesa, uma verdadeira forma de educar os sujeitos do campo. Nesse sentido, o MST abre um debate, no país, sobre a Educação do Campo, conseguindo incidências no governo e, conseqüentemente, nas políticas públicas, que foram e continuam sendo importantes para o avanço na perspectiva da educação popular.

METODOLOGIA

O presente artigo foi estimulado e construído com base nos estudos realizados nas disciplinas de *Educação do Campo e Educação e Movimentos sociais*. Durante o desenvolvimento das disciplinas, nas leituras, rodas de debates e, também, do seminário *Educação em movimento: Educação do campo e movimentos sociais*, realizado de forma complementar às disciplinas, pela Universidade de Pernambuco - Campus Mata Norte, com o objetivo de viabilizar a reflexão sobre os movimentos sociais e a Educação do Campo, percebeu-se as lutas, as mudanças e conquistas dos últimos anos (1990-2015) e os desafios a serem enfrentados, considerando o cenário atual do país.

As reflexões realizadas ajudaram na elaboração da ideia de unir Educação do Campo e Movimentos Sociais e também na produção do artigo que tem como objetivo analisar a contribuição do movimento social MST para a construção de uma Educação do Campo no Brasil.

O trabalho é uma pesquisa teórica pautada em uma abordagem qualitativa, por isso não vai separar as discussões teóricas dos resultados, por que eles se desenvolvem integrados e simultaneamente. Recorreu-se a relatórios e outras literaturas, buscando conseguir dados para analisar o processo de luta e motivação do MST para construção de uma Educação do Campo que transborda os limites da escolaridade, instituindo não só sujeitos que entendem de ciência, mas

sujeitos políticos.

Tudo que foi lido e explorado sobre o movimento social MST foi analisado, perguntando e refletindo como o seu modo de fazer educação e luta colaborarem para uma nova perspectiva de Educação do Campo no Brasil.

MST: LUTAS E ENTRAVES

Os movimentos sociais surgem pela necessidade e organização popular e se ascendem por suas pautas de luta, mobilização de base e objetivos traçados. Segundo Scherer-Warren (1987) e Lins (2016), um movimento social tem uma estrutura formada por 4 pilares: ideologia, projeto, estrutura e participação social. Analisando o MST, é possível identificá-lo como movimento social popular, já que existe uma ideologia, amplamente identificada com o marxismo, embasando a formulação de projetos populares e certa organização estrutural, com grande participação social nacional.

O MST surgiu em 1984, num contexto social de muitas lutas: pela liberdade política, por um sindicalismo combativo e pelas diretas já. Neste ambiente, decidem organizar um movimento social camponês de abrangência nacional, com objetivos de lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças sociais no país, pois acreditavam que sem reforma agrária não haveria democracia. Foi no calor dessas lutas que também se empenharam e contribuíram na elaboração da constituinte de 1988 e conquistaram os artigos 184 e 186, que garantem a desapropriação de terras que não cumpram sua função social:

A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:
I - aproveitamento racional e adequado;
II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;
III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;
IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores. (BRASIL, 2006, Art. 186).

A garantia da desapropriação de terras para reforma agrária, apesar de encontrar-se na constituição, encontra dificuldades para se efetivar na prática. Vários entraves surgiram durante todos esses anos, inclusive a bancada ruralista, que a todo tempo se articula dentro do Congresso

em favor dos grandes latifundiários. Os exemplos mais recentes foi o despejo, no dia 19 de setembro de 2019, do Acampamento Margarida Alves, localizado em Moreno, na Região Metropolitana de Recife-PE, que existia há mais de 16 anos, com mais de 50 famílias e cerca de 220 pessoas, já estruturado com uma Escola de Educação de Jovens e Adultos do Campo (EJA Campo), com uma casa de farinha, com residências de alvenaria e sendo referência na produção agroecológica, tudo foi destruído; e a ordem de despejo e reintegração de posse da área comunitária de 15 hectares do Assentamento de Normandia, em Caruaru-PE, cedida pelos assentados em favor do coletivo para capacitação, formação e estímulo à produção. Segundo o coordenador estadual do MST de Pernambuco, Jaime Amorim, na época houve questionamento e tudo foi ajustado legalmente em acordo com o Incra. A gestão da área foi assumida pela Associação Comunitária do Centro de Capacitação Paulo Freire (ACCPF) que nela construiu:

[...] uma Academia das Cidades e uma quadra poliesportiva em parceria com o Governo de Pernambuco; creche pública, um centro de beneficiamento de alimentos e três agroindústrias que pertencem à cooperativa agropecuária de Normandia, beneficiando a produção de carne de porco; raízes e tubérculos; e a de pães e bolos. As agroindústrias recebem produtos agroecológicos de todas as regiões de Pernambuco e abastecem dezenas de escolas municipais em Caruaru e região, fornecendo alimentos sem veneno também para escolas do Recife (SOBREIRA, 2019).

Na área também foi construído o Centro de Formação Paulo Freire que, ao longo de 20 anos, vem capacitando assentados de Normandia e de todo o estado de Pernambuco. O Centro também trabalha em parceria com universidades e institutos que atuam no estado, como a Universidade de Pernambuco (UPE), a Universidade Federal (UFPE), a Federal Rural (UFRPE), o Instituto Federal (IFPE) e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Ainda recebe órgãos do estado, como o Instituto Agrônomo de Pernambuco, e cursos do próprio governo para jovens do campo, a exemplo do curso “Pé no Chão”. O Centro já recebeu congressos internacionais e dezenas de encontros nacionais, tornando-se referência em formação e capacitação, sobretudo na área de agroecologia (SOBREIRA, 2019). Há uma estimativa de que mais de cem mil estudantes já passaram pelo Centro de Formação Paulo Freire.

O Centro de Formação Paulo Freire parece ser o principal motivo da solicitação de

reintegração de posse por parte do Incra, uma vez que a alegação é de que o MST construiu, na área comunitária do assentamento, instalações de um centro de formação política. Para Amorim, a motivação do pedido de reintegração é totalmente ideológica e não jurídica, não querem que o centro de formação continue (SOBREIRA, 2019).

Diante desse cenário, o MST sempre teve suas pautas de luta voltadas para garantir, na prática, o que já é lei. São cerca de 350 mil famílias que conquistaram a terra por meio da luta e da organização dos trabalhadores rurais. E mesmo depois de assentadas, estas famílias permanecem organizadas no MST, pois acreditam que os assentamentos são apenas um dos passos necessários para a reforma agrária e para o avanço no sentido de uma sociedade mais justa e com menos desigualdade social.

EDUCAÇÃO DO CAMPO: LUTA, IDENTIDADE E TRABALHO

No início de seu surgimento, o Movimento Sem Terra já percebeu a necessidade de uma educação apropriada que contribuísse com sua luta pela terra, por reforma agrária e por uma sociedade mais justa. No âmbito do MST, no mesmo tempo de seu nascimento e fortalecimento, foram surgindo diferentes atividades educativas, como a formação de professores e de militantes e, já mais tarde, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).

No início, o debate girou em torno da garantia de acesso às escolas para crianças assentadas, mas, com o crescimento do MST, surgiram muitas lutas e enfrentamentos violentos, tornando, assim, difícil a garantia da permanência das crianças sem-terra na escola. Além de que os professores dessas escolas não vinham do mesmo contexto, eles acabavam levando para os alunos uma educação descontextualizada com a qual estes não se identificavam. Por causa disso, o próprio MST resolveu formar professores que vivessem e compreendessem aquela realidade de luta e a partir daí, iniciaram seus cursos de magistério, pedagogia, letras, dentro do próprio Movimento.

Era explícito que o modelo educacional implantado nas escolas de educação básica no Brasil não estava sendo adequado para realidade camponesa. Então, a discussão sobre como seria

a educação, oferecida às crianças em escolas de Assentamentos do MST, partiu do desejo de construir uma educação do campo que tratasse de assuntos necessários para que as crianças e também adultos em alfabetização dessem continuidade, através da educação, à luta pela terra e pela sua permanência no campo.

A metodologia dessa educação, de perspectiva popular, proposta pelo MST está voltada para formação que conecta entre si a realidade vivida no campo, a escolarização e a luta pela terra.

As crianças, jovens e adultos, homens e mulheres, fazem do conhecimento científico uma chave de leitura em torno da sua realidade e, de maneira crítica, pensam ações coletivas que possam melhorá-la. Para isso, o método, trabalhado como um processo que precisa dialogar com as distintas realidades de nosso território nacional, não é único em sua prática, mas possui princípios importantes (LIMA, 2019).

Nesse modelo de educação o trabalhador rural é visto como um sujeito que possui identidade cultural singular e a escola deve valorizar essa identidade sociocultural para que, junto ao trabalho, seja um meio educativo. Dessa forma, essa educação tem a luta, o trabalho e a identidade como suas marcas centrais.

O movimento Sem Terra tem apontado na educação do campo um método de luta social contra o capital e de conscientização dos indivíduos da classe trabalhadora, para o processo de humanização igualitária e de luta na sociedade. (COLETIVO DE COMUNICAÇÃO DO MST NA BAHIA. 2019).

A educação proposta pelo MST envolve e valoriza, em suas práticas pedagógicas, a experiência e a vivência dos sujeitos do campo. É para os alunos um fortalecimento crítico de seu saber construído nas suas histórias de vida, no seu estilo de vestimenta, no seu trabalho e ganha significado no seu cotidiano, no qual vai se resignificando.

MST E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO DO CAMPO: CONQUISTAS E DESAFIOS

As escolas rurais, das últimas décadas do Século XX, estavam voltadas para uma pedagogia de supressão dos valores do campo, as escolas ensinavam conteúdos que não faziam parte da vivência do campo, conseqüentemente havia um grande número de evasão escolar. Com

essa lógica, a nuclearização das escolas do campo aconteceu em todo país. O fechamento de escolas do campo dificultava a frequência escolar dos alunos que ainda estudavam e, com isso, muitas famílias se viam obrigadas a sair do campo, para os filhos poderem estudar na cidade ou, então, se deslocar do campo para a escola na cidade. Com o surgimento do MST e o fortalecimento de sua luta por uma educação que visasse formar os assentados para não só garantirem a reforma agrária, mas também a permanência e a continuidade da luta por suas terras, percebe-se que se inicia um debate nacional sobre a Educação do Campo. Em decorrência disso, o MST vai se fortalecendo e consolidando, em articulação com outros movimentos sociais do campo, uma educação com o povo e para o povo. Segundo CALDART (2005 apud VERAS; DIAS, 2016, p.111), “[...] a educação do meio urbano prepara o filho do agricultor para sair do assentamento. O ensino nas escolas dos assentamentos e acampamentos deve preparar os estudantes para ficar e transformar o meio rural.” O conceito Educação do Campo, que aqui está sendo empregado, baseia-se na prática educativa que tem sido elaborada nos diferentes espaços formativos nas organizações e movimentos sociais que atuam com educação. Essa prática é assegurada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, (LDBEN), nº 9.394/96, que diz em seu 1º artigo: “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, 1996)”.

Dessa forma, a Educação do Campo não se limita somente ao espaço físico da escola, nem tampouco aos professores. Quem compõe a escola são os sujeitos nela inseridos, seus saberes, fazeres e subjetividades. E, em geral, os sujeitos que compõem as escolas de Educação do Campo são aqueles que foram excluídos pelo sistema, pessoas que lutam e resistem pela sua permanência no campo. “É um projeto de educação que reafirma como grande finalidade da ação educativa ajudar no desenvolvimento mais pleno do ser humano, na sua humanização e inserção crítica na dinâmica da sociedade de que faz parte” (CALDART, 2002).

Os movimentos sociais do campo, mais especificamente o MST, foram os grandes

responsáveis pelo surgimento e fortalecimento da Educação do Campo. Sendo os movimentos sociais espaços organizados de luta contra o sistema, a educação discutida, defendida e implementada pelo MST não poderia ser diferente: uma educação humanista entrelaçada à agroecologia, com objetivos de tornar os assentados cada vez mais conscientes de sua classe social. Dessa forma, a Educação do Campo, oferecida nos Assentamentos e Acampamentos do MST vai, de certa forma, contra o sentido da educação oferecida nas cidades, em geral, voltada para atender o mercado de trabalho capitalista. Com essa mobilização e organização social, vinculado à luta mais ampla pela redemocratização, o Brasil passa a reconhecer na constituição de 1988, ainda vigente, a educação como direito da população e dever do estado: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (BRASIL, 1988, art. 205).

Políticas como o PRONERA, que veio reconhecer a legitimidade e fortalecer a educação na reforma agrária, são implementadas para formação dos jovens assentados, também são resultado das lutas capitaneadas pelo MST.

Desde os primeiros anos da década de 2000, é discutida a Educação do Campo no âmbito nacional, sob a égide das Diretrizes Operacionais para Educação do Campo (Parecer CNE, nº 36/2001 e Resolução CNE, nº 01/2002). Em 2004, a Coordenadoria Geral da Educação do Campo, ligada ao Ministério da Educação, convoca a II Conferência Nacional para uma Educação do Campo, com o objetivo de discutir e elaborar a efetivação de políticas públicas para Educação do Campo, na perspectiva dos movimentos populares e do desenvolvimento sustentável e justo. Apesar desta luta, nas últimas quatro décadas, infelizmente muito mais escolas do campo foram fechadas do que novas escolas da Educação do Campo criadas.

Ainda que haja esse debate, resoluções, decretos, diretrizes, sabemos que ainda é preciso muito mais para a consolidação da Educação do Campo. Apesar de certo crescimento na efetivação das políticas públicas para Educação do Campo, ela ainda precisa de muitas outras políticas que

atendam às necessidades dessa área tão abrangente e desafiadora, mas com grande potencial de contribuição para o desenvolvimento descentralizado, justo e sustentável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou refletir sobre a Educação do Campo como forma de resistência camponesa, contrapondo-se à ideologia hegemônica do sistema educacional tradicional e tecnicista prevalente nas escolas rurais. Apresenta dados históricos, como a história de fundação do MST e de como surgiu e se desenvolveu o debate sobre uma educação em movimento, problematizadora, humanista e que visa formar não só com conteúdo científico, mas através de identidades e singularidades. Uma educação que ensina através da luta e do trabalho. O MST em sua proposta pedagógica, em harmonia com a Educação do Campo, desde o início de sua luta percebeu a necessidade de se ter uma educação que contribuísse para a autonomia, emancipação e de identificação com a luta camponesa.

Dessa forma o movimento tem buscado, a partir de suas lutas, alternativas ao sistema de ensino nacional tradicional, que, além de não ser compatível com sua ideologia, não tem contribuído para a educação das crianças, jovens e adultos do campo. O objetivo da Educação do Campo é conscientizar para questões ambientais e sociais, para a justiça social no Brasil e no mundo, partindo de atividades lúdicas e de reflexões inseridas na cultura, trabalho e luta dos camponeses. Portanto, dessa forma, o processo da Educação do Campo se organiza como imprescindível para a continuidade da vida digna no campo e para a consolidação da reforma agrária.

Com o surgimento do debate e com o investimento a partir de políticas públicas, com destaque ao PRONERA, outra ótica está sendo lançada sobre a Educação do Campo há alguns anos. Graças ao MST e à articulação dos movimentos sociais do campo, vários estados e municípios estão ressignificando a Educação do Campo e reabrindo escolas do campo. Entretanto, depois desta

pesquisa, fica demonstrada a importante contribuição do MST para a consolidação da Educação do Campo, considerado precursor, pioneiro, nesse modelo ou concepção de educação.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna.. Parecer nº 36/2001 e Resolução 1/2002. **Diretrizes operacionais para a educação básica das escolas do campo** In: Por uma Educação do campo. 5.ed.Petrópolis-RJ: Vozes, 2011, p. 175-206.

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. (Orgs.). **Por uma Educação do campo**. 5.ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2006.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 9394/96**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 27 maio de 2019.

CALDART, Roseli Salete. **Educação do Campo**. In: CALDART *et al* (Orgs). Dicionário da Educação do Campo. 2.ed. Rio Janeiro, São Paulo: EPSJV, Expressão Popular, 2013. p. 257-265.

CALDART, Roseli Salete. A Escola do Campo em Movimento. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna.(Orgs.). **Por uma Educação do campo**. 5.ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2011. p. 87-131.

FERNANDES, Bernardo Mançano; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete. Primeira Conferência Nacional “Por uma educação básica do campo”. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna.(Orgs.). **Por uma Educação do campo**. 5.ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2011. p. 19-62.

COLETIVO DE COMUNICAÇÃO DO MST NA BAHIA. **Educação do Campo: desafios e perspectivas**. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2017/10/30/educacao-do-campo- desafios-e-perspectivas>>. Acesso em: 28 de maio de 2019.

LIMA, Wesley. **Estudar, sorrir e lutar!** Disponível em:

<<http://www.mst.org.br/2019/05/21/estudar-sorrir-e-lutar>>. Acesso em: 26 de maio de 2019.

SOBREIRA, Vinícius. Juiz autoriza despejo de terreno que sedia centro de formação do MST em Caruaru (PE). **Brasil de Fato**, 2019. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/09/05/em-ataque-ao-mst-incra-pede-despejo-na-zona-rural-de-caruaru/>>. Acesso em: 08 de set. de 2019.

VERAS, Clédia Inês Matos; DIAS, Plínio Rogenes de França. A intencionalidade política do ato educativo na educação popular no campo. In: FIGUEIREDO, João B. de Albuquerque; VERAS, Clédia Inês Matos; LINS, Lucicléa Teixeira (orgs.). **Educação Popular e movimentos sociais: experiências e desafios**. Fortaleza: Imprece, 2016, p. 111.